



Câmara Municipal de Aracruz

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
EXERCÍCIO: 2024**

CRONOS

Declaro, para os devidos fins, que a Autoridade Competente da Câmara Municipal de Aracruz criou Ato Normativo nº 3.191/2025, regulamentando a ordem cronológica dos pagamentos nos termos do art. 141 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Por ser verdade, firmo a presente.

Aracruz-ES, 31 de dezembro de 2024.

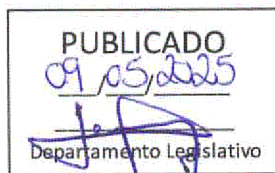
JEAN CARLO GRATZ PEDRINI

Presidente da Câmara



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



ATO Nº. 3.191, DE 08 DE MAIO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A TRANSPARÊNCIA E OS CRITÉRIOS PARA PAGAMENTOS, EM ORDEM CRONOLÓGICA DAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS DECORRENTES DE CONTRATOS REGIDOS PELAS LEIS FEDERAIS Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 E Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARACRUZ, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 37, 60, 62, 63, 64 e 65 da Lei Federal nº 4.320, de 17 março de 1964;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 5º, 40, inciso XIV, alínea "a" e § 3º, 92, 113 e 115 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 9º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (especialmente dispositivos introduzidas pela Lei Complementar Federal nº 131, de 27 de maio de 2009) e Decreto nº 10.540, de 05 de novembro de 2020, reforçando a transparência acerca da execução orçamentária e financeira dos entes da Federação;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que estabelece os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de assegurar o direito fundamental de Acesso à Informação;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 141 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos), que estabelece regulamentação quanto à observância da ordem cronológica de pagamentos pela Administração Pública;

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro);

CONSIDERANDO a necessidade de aprimoramento dos controles internos da Câmara de Aracruz e dos seus respectivos sistemas informatizados de gestão orçamentária e financeira para viabilizar o adequado cumprimento da ordem cronológica de pagamentos;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios para pagamentos de obrigações contratuais, com vistas a garantir a pontualidade no pagamento e o tratamento isonômico dos credores, a transparência pública e o fomento ao controle Social; e

CONSIDERANDO o objetivo estratégico Câmara de Aracruz em contribuir para o aperfeiçoamento da gestão pública;

RESOLVE:

CAPÍTULO I DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Art. 1º O presente Ato estabelece procedimentos, rotinas, deveres, responsabilidades e critérios para a adequada observância de pagamento em ordem cronológica das obrigações de natureza contratual onerosa regidas pelas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo único. Entende-se por obrigação de natureza contratual onerosa toda e qualquer obrigação assumida pelas unidades gestoras junto a fornecedores de bens e serviços.

Art. 2º No dever de pagamento pela Administração, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, separadamente por unidade administrativa e subdividida nas seguintes categorias de contratos:

- I - fornecimento de bens;
- II - locações;
- III - prestação de serviços;
- IV - realização de obras.

§ 1º O pagamento de obrigações financeiras consideradas de baixo valor, nos termos do § 3º do art. 5º da Lei nº 8.666/1993, observado o valor total da contratação, poderá ser ordenado separadamente, em lista classificatória especial de pequenos credores.



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

§ 2º Os contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021 serão considerados de baixo valor para os fins de lista classificatória especial de pequenos credores quando corresponderem ao disposto no art. 75, incisos I e II da Lei Federal 14.133/2021 ou correspondente.

Art. 3º Para o estabelecimento da ordem cronológica de exigibilidade de pagamentos decorrentes de contratos celebrados pela Administração Pública, será considerada a data da liquidação da despesa devidamente atestada.

§ 1º Considera-se liquidação de despesa o segundo estágio da despesa pública e consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, após a execução do objeto ou de etapa do cronograma físico-financeiro do contrato, conforme o caso.

§ 2º A despesa inscrita em restos a pagar não altera a posição da ordem cronológica de sua exigibilidade, não concorrendo com as liquidações do exercício corrente.

§ 3º O pagamento das indenizações previstas no § 2º do art. 138 e no art. 149 da Lei nº 14.133/2021, deverá observar a ordem cronológica de exigibilidade, ainda que o contrato já tenha sido encerrado.

§ 4º A inobservância imotivada da ordem cronológica de que trata o caput deste artigo ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a fiscalização.

§ 5º Havendo preterição indevida da ordem cronológica de exigibilidade, o agente responsável pelo pagamento poderá incorrer nas penas do art. 337-H do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Art. 4º A Câmara de Aracruz manterá lista consolidada de credores no Portal da Transparência, ordenadas pela ordem cronológica da data do registro contábil da liquidação.

Art. 5º As notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes de cobrança, após ateste realizado pelo fiscal responsável pelo acompanhamento da execução da despesa, devidamente autorizada pelo ordenador de despesa, deverão ser recebidos pelos gestores identificados no contrato, que ficarão responsáveis pelo encaminhamento do respectivo documento para lançamento no sistema de compras, licitações e administração de materiais da Câmara Municipal.

Parágrafo único. Caso a documentação exigida para efetivação do registro contábil da liquidação não estiver de acordo com o caput deste artigo, o processo retornará ao setor demandante para os devidos ajustes.

CAPÍTULO II DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 6º Respeitada a ordem de chegada dos processos na Diretoria de Finanças, será realizada a liquidação contábil da despesa, de acordo com o artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/1964.

§ 1º A liquidação não será efetuada, até que seja(m):

I - efetuada a entrega, por parte do fornecedor, de toda documentação exigida pelas normas em vigor;

II - sanadas as pendências relativas à execução do contrato.

§ 2º Regularizada qualquer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação, o processo retorna para emissão da liquidação da despesa em sistema informatizado.

Art. 7º O fiscal do contrato e/ou gestor da despesa adotarão as providências necessárias para concluir a etapa da liquidação, com a certificação do cumprimento da obrigação, no período estipulado no instrumento contratual e/ou na autorização de fornecimento, verificando a entrega por parte do fornecedor de toda documentação exigida pelas normas em vigor; e ao final atestará a despesa na Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente.

Art. 8º É vedado o pagamento parcial de crédito, devendo o recurso disponível ser utilizado para solver a fatura que esteja na ordem cronológica de exigibilidade das obrigações financeiras.

Art. 9º Nos casos em que a interrupção dos serviços puder causar graves danos às atividades essenciais do Legislativo, o que deverá ser atestado e justificado pelo Ordenador da despesa no bojo do processo administrativo, o prazo que trata o artigo 9º poderá ser prorrogado por igual período.

CAPÍTULO III

DA SUSPENSÃO E REPOSIÇÃO NA ORDEM CRONOLÓGICA DE EXIGIBILIDADE DAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS

Art. 10. É vedado o pagamento de despesas em desacordo com a respectiva ordem cronológica de exigibilidade das obrigações financeiras, exceto quando comprovado prejuízo ao interesse público, em situação extraordinária, observadas as exigências do artigo 10 deste Ato, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Câmara e ao tribunal de contas Estado do Espírito Santo, exclusivamente nas seguintes situações:

I - grave, perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;

II - pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

III - pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

IV - pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;

V - pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

§ 1º A inobservância imotivada da ordem cronológica referida no artigo 2º ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a sua fiscalização.

§ 2º Deverá ser disponibilizada, mensalmente, em seção específica de acesso à informação em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem.

Art. 11. Qualquer pagamento em desacordo com a ordem cronológica de exigibilidade das obrigações financeiras será precedido da publicação no Diário Oficial dos Municípios-DOM/ES, devendo conter as relevantes razões de interesse público e a justificativa prévia elaborada pela autoridade competente, ou seja, pelo ordenador de despesa.

5

Parágrafo único. A publicação das exigências do caput, além de ser juntada ao processo de pagamento, deverá ser inserida, como anexo em PDF, no Sistema de Pagamentos da Câmara Municipal de Aracruz, devendo também ser registrado no referido sistema o CPF do ordenador de despesa que autorizou o pagamento.

CAPÍTULO IV

DA PUBLICIDADE E DA IMPUGNAÇÃO DAS LISTAS CLASSIFICATÓRIAS

Art. 12. As listas de credores, contendo a ordem cronológica de exigibilidade das obrigações financeiras, serão divulgadas na internet no Portal da Transparência Câmara Municipal, para possibilitar amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data de registro contábil no sistema de pagamento, nos termos do disposto no artigo 2º, inciso IX do Decreto Federal no 10.540, de 05 de novembro de 2020 e na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei da Transparência).

§ 1º As listas deverão conter o nome da Unidade Gestora, a fonte de recursos, o número sequencial da ordem cronológica de pagamento, o nome do credor, CNPJ/CPF e o valor a pagar.



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

§ 2º Em caso da suspensão de algum credor da lista de credores, será publicada "Lista de Suspensão de Credores", devendo constar na mesma o nome da Unidade Gestora, a fonte de recursos, o nome do credor, o CNPJ/CPF, a data da suspensão da lista, o valor a pagar e o motivo da suspensão.

§ 3º Após sanado o motivo que ensejou a suspensão, o credor será novamente inserido nas listas descritas no § 1º, após observadas as regras do parágrafo único do artigo 12 deste Ato.

CAPÍTULO V

DOS REQUISITOS TECNOLÓGICOS DE CONTROLE, ACOMPANHAMENTO E TRANSPARÊNCIA

Art. 13. A operacionalização e o controle da ordem cronológica de pagamentos devem ser realizados por meio de sistema informatizado, que automatize e instrumentalize o processo de gestão e execução contratual, incluindo aspectos orçamentários e financeiros, permitindo:

I - o registro e a visualização das justificativas relacionadas aos casos de priorização na ordem cronológica de pagamento em situações excepcionais;

II - a suspensão do pagamento em qualquer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação.

§ 1º O sistema informatizado utilizado também deve possibilitar a divulgação mensal, em seção específica do portal transparência, das diversas ordens cronológicas e das respectivas listas de exigibilidades, bem como as justificativas que fundamentaram a eventual alteração dessa ordem, com ampla acessibilidade a qualquer cidadão.

§ 2º Para fins de cumprimento da transparência exigida no § 1º, devem ser disponibilizadas em seção específica do portal transparência, no mínimo, as seguintes informações:

I - identificação da fonte de recurso;

II - número do empenho;

III - nome e CPF/CNPJ do credor;

IV - data de liquidação;

V - data de apresentação do documento de cobrança ou equivalente, caso esse seja adotado para estabelecimento da ordem cronológica do pagamento, nos termos do § 2º do artigo 5º, deste Ato;

VI - data do pagamento, quando já realizado;

VII - valor;



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

VIII - justificativa acerca da quebra da ordem cronológica.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS E FINAIS

Art. 14. Não se sujeitarão ao disposto neste Ato os pagamentos decorrentes de:

I - suprimentos de fundos, assim consideradas as despesas realizadas em regime de adiantamento, nos termos do artigo 68 da Lei Federal nº 4.320/1964;

II - remuneração e outras verbas devidas a agentes públicos, como diárias, ajudas de custo, pensão vitalícia e indenização de acidentes de trabalho;

III - obrigações tributárias, patronais e previdenciárias;

IV - sentenças e decisões judiciais ou notificação do órgão de controle externo - Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;

V - auxílios e subvenções sociais referente aos convênios em que o Câmara é conveniente;

VI - folha de pagamento dos servidores, seus encargos, consignações e bolsa estágio;

VII - pagamento da dívida fundada;

VIII - concessionárias de serviços públicos de água, energia elétrica, telefonia e correios;

IX - auxílio transporte e auxílio alimentação;

X - gratificação a integrantes de comissões remuneradas;

XI - benefícios eventuais;

XII - locações de imóveis;

XIII - despesas provenientes de créditos extraordinários e extraorçamentários;

XIV - transferências que se fundamentam no artigo 26 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;

XV - demais despesas que não estejam regidas pelas Leis Federais nº 8.666/1993 e 14.133/2021.

Art. 15. Os titulares integrantes da estrutura organizacional da Câmara Municipal se obrigam a cumprir e a zelar pelo fiel cumprimento dos procedimentos estabelecidos neste Ato.



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 16. As liquidações e pagamentos obedecerão aos prazos estabelecidos nos instrumentos contratuais que originaram os créditos, observado o disposto nas Leis nº 8.666/1993 e 14.133/2021.

Art. 17. A não observância das condições e procedimentos estabelecidos neste Ato constitui omissão de dever funcional, e poderá sujeitar os servidores e agentes que procederem indevidamente à imputação de responsabilidade, sem prejuízo de outras medidas administrativas.

Art. 18. Fica revogado o Ato nº 2.773, de 05 de abril de 2021.

Art. 19. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Aracruz-ES, 08 de maio de 2025.

gov.br
Documento assinado digitalmente
VILSON BENEDITO DE OLIVEIRA
Data: 09/05/2025 13:59:19-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

**VILSON BENEDITO DE
OLIVEIRA**
1º Secretário

JEAN CARLO GRATZ PEDRINI
Presidente da Câmara
Municipal

**LEANDRO RODRIGUES
PEREIRA**
2º Secretário